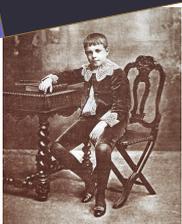


Convento de Cristo

Serviço de Educação e Animação

Quem te disse que não gostas de História?
Curso livre online de História elementar de Portugal
(8 aos 12 anos)



D. Manuel ainda jovem e no dia do seu casamento

LIÇÃO N.º 43

Tema: D. Manuel II, O Patriota ou O Desventurado
(1908/1910).

A queda da Monarquia e o exílio do Rei;

As tentativas falhadas de repor a Monarquia.



A queda da Monarquia e o exílio da família Real em Londres

Depois do golpe de 4 e 5 de Outubro de 1910, a família real seguiu para o exílio, sendo-lhe permitido ficar com os seus bens pessoais. Fixaram residência nos arredores de Londres, onde tinha nascido D. Amélia, a mãe de D. Manuel II, quando os seus pais estavam exilados. Foi aí que viveram o resto da vida, pois apesar de várias tentativas, a Monarquia não voltou a ser reposta em Portugal.

Tentativas para reposição da Monarquia

Com a implantação da República alguns dos principais nomes monárquicos conseguiram refugiar-se "com armas, e sem bagagem" (não queriam demorar muito por lá) na Galiza, com o apoio de Espanha, para poderem preparar a contra revolução. Paiva Couceiro, um militar chefe dos "resistentes monárquicos" achava que a República era "coisa da cidade" e que o povo rural apoiava o Rei e que bastaria uma pequena ação militar para repor a Monarquia. Estava enganado, o povo não queria voltar à Monarquia, apesar de não estar muito contente com a ação de alguns presidentes da República. Sidónio Pais, que chegou a presidente através do golpe de Estado de 1917, era até chamado Presidente-Rei pela sua atitude (foi assassinado em Lisboa, quando apanhava o comboio para o Porto). As diversas ações militares monárquicas foram fracas e mal organizadas e os revoltosos portugueses da Galiza acabaram desarmados pelo Governo espanhol, pressionado pela República de Portugal. A única tentativa com algum êxito para repor a Monarquia, foi em 1919. Este golpe militar conseguiu durante algum tempo instituir uma Junta Militar monárquica no Porto "A Monarquia do Norte".

Curiosamente, o Rei D. Manuel II queria ser rei mas não pela força das armas, mas por eleições. Isso terá alguma graça porque se tivemos um "Presidente-Rei", também tínhamos em D. Manuel um "Rei-Presidente" porque só os presidentes são eleitos.

Um "novo candidato a Rei de Portugal"?

D. Manuel II já não agradava a todos os monárquicos. Os Absolutistas ponderavam dar o seu apoio ao descendente de D. Miguel, que foi derrotado na guerra civil em 1834. D. Miguel Januário de Bragança, mas não foi preciso, Portugal é até hoje, uma república.

D. Manuel II

Manuel Maria Filipe Carlos Amélio Luís Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis Eugénio de Saxe-Coburgo-Gotha e Bragança, nasceu em 1889 no Palácio de Belém, em Lisboa. Era filho de D. Carlos I e de D. Maria Amélia de Orléães. Foi aclamado rei aos 18 anos, depois do atentado que vitimou o pai e o irmão mais velho D. Luís Filipe. Apesar de ter sido um jovem de pose altiva, o que divertia o irmão herdeiro do trono, mudou de atitude quando foi aclamado rei tendo sido o primeiro rei português a não dar a mão a beijar na cerimónia do "Beija Mão". Também se deve registar como prova de humildade e patriotismo, o facto de que D. Manuel II quando já estava exilado em Londres, ter colaborado com muito agrado com o regime que o tinha deposto, ajudando Portugal a desbloquear uma situação difícil com os documentos legais do nosso embaixador em Inglaterra.

Aos seis anos já falava e escrevia em francês, sendo as suas disciplinas favoritas as línguas e a música. Tomou o gosto pela escrita quando estava deposto, tendo escrito sobre D. Manuel I, que ele considerava "injustiçado" pelos cronistas e historiadores. Durante o seu curto reinado realizou visitas diplomáticas a Espanha, França e Inglaterra e recebeu em Portugal o Rei de Espanha e o Presidente do Brasil. Em 1909 foi nomeado Cavaleiro da Ordem da Jarreteira (Ordem Inglesa que dizem estar representada na Obra mais emblemática do outro rei Manuel, a Janela do Capítulo - um cinto com fivela). Faleceu em 1932 com apenas 43 anos vítima de doença prolongada e não teve filhos. Deixou alguns dos seus bens a Portugal, para que fosse para um museu, e a seu pedido foi sepultado na sua terra natal, em Lisboa (o seu túmulo está na igreja de S. Vicente de Fora).

Sabias que nenhum Rei de Portugal se encontra sepultado no Panteão Nacional?



Sete Governos em vinte e quatro meses de reinado.

D. Manuel II seguia a norma "O Rei reina e o Governo governa", mas apesar de ter nomeado sete governos em apenas 24 meses, nenhum deles governou e talvez por isso, o Rei também não reinou por muito tempo... Nas eleições de 28 de agosto de 1910, os republicanos elegeram para o parlamento 14 deputados, mas a decisão da implantação da República pela força, tinha sido tomada no Congresso de Setúbal a 25 de abril de 1909 e estava em curso.



Uma Noiva para o "Rei"

Todos queriam arranjar uma noiva para o Rei, mas ele só tinha olhos para Gaby Deslys, uma atriz francesa, que seguiu a sua vida artística na América, (os seus espetáculos introduziram o striptease nos EUA). Já no exílio, em 1913, D. Manuel casou com uma "quase princesa" alemã, sua prima, Augusta Vitória Sigmaringem. Ingleses e alemães, não devem ter gostado muito da noiva escolhida pelo jovem Manuel, porque estava para acontecer a Primeira Guerra Mundial, que viria a opor os Aliados (Inglaterra, França, Rússia e EUA) à Alemanha. D. Augusta Vitória era alemã e o seu marido apoiante dos Aliados, destacado na Cruz Vermelha.

A Proscrição (expulsão) da família Bragança, 15 de Outubro de 1919

A Lei da Proscrição da República Portuguesa (Decreto de 15 de Outubro de 1910) declarava proscrita a família Bragança, a dinastia deposta pela Revolução de 5 de Outubro de 1910, expulsando-a, para sempre, do território de Portugal. Nela estavam não só incluídos os seus representantes, mas também os ascendentes, descendentes e colaterais até o quarto grau do rei D. Manuel II. Também foi confirmada a proscrição dos descendentes de D. Miguel derrotado em 1834.

Mais tarde, pela Lei n.º 2040, de 27 de Maio de 1950, a Assembleia Nacional revoga e anula esta lei e os descendentes dos vários ramos da família real portuguesa puderam regressar a Portugal.